

## A sociedade dos Zelosos da Independência na província de Mato Grosso e a ocorrência da Rusga

*The society of the Zelosos of Independence in the province of Mato Grosso and the occurrence of Rusga*

Patrícia Figueiredo Aguiar  
Universidade Federal de Mato Grosso  
patricia28\_aguiar@hotmail.com

---

### Resumo

O artigo propõe fazer uma análise da formação de associações políticas no período regencial, e especialmente na formação da Sociedade dos Zelosos da Independência na província de Mato Grosso e a sua contribuição para a ocorrência da rebelião de 30 de maio de 1834, mais conhecida como “Rusga”. Para tanto, o texto se vale de autores como Marcello Basile, José Murilo de Carvalho, Marco Morel, Ilmar Rohloff de Mattos, entre outros, para refletir sobre as principais manifestações políticas do período regencial.

**Palavras-chave:** Regência. Elite. Associações. Mato Grosso. Rusga.

---

### Abstract

This article aims to make an analysis of the formation of political associations in the Regency period and especially in the formation of Independence Zealous of society in Mato Grosso province and its contribution to the occurrence of rebellion May 30, 1834, better known as "Rusga". To do so, the text uses authors such as Marcello Basile, José Murilo de Carvalho, Marco Morel, Ilmar Rohloff de Mattos, among others, to reflect on the main political manifestations of the regency period.

**Keywords:** Regency. Elite. Associations. Mato Grosso. Rusga.

---

## Introdução

Foi no período que corresponde à Regência (1831-1840), que ocorreram os maiores confrontos na vida pública brasileira dos oitocentos. Esse foi um período importante para o desenvolvimento da participação na política, especialmente de membros da elite<sup>1</sup> que provinham tanto do grande comércio, do alto escalão militar e das grandes propriedades, entre outros grupos que vieram a compor o cenário político brasileiro. Nesse período, elaboravam-se as principais posições políticas da época, construía-se as principais bandeiras de luta que demarcariam a maneira pela qual cada grupo visualizava a nova fase política do Império brasileiro. Dessa forma, esse período foi coetâneo com a explosão da palavra impressa, por meio da imprensa, assim como o afloramento de manifestações públicas de caráter cívico, assim como a formação de algumas associações políticas que visavam construir um projeto de nação, cada qual com a sua percepção de como o Império brasileiro deveria ser conduzido. Com o objetivo de refletir sobre esse contexto, autores como Marcello Basile, José Murilo de Carvalho, Marco Morel, Ilmar Rohloff de Mattos, entre outros, ajudarão a compreender as principais manifestações políticas do período regencial.

Para Marcello Basile, o período das Regências foi “[...] uma das fases mais ricas e singulares em termos de organização, discussão e participação políticas, [...] também o mais agitado e conturbado da história do Brasil” (2004. p. 259). O período em questão realçou as associações que se reuniam a partir de ideologias e bandeiras que, com o passar do tempo, passariam a ser melhor definidas. Nesse sentido, José Murilo de Carvalho, faz uma análise

---

<sup>1</sup> Por elite entendemos uma minoria privilegiada e dominante dentro da sociedade, constituída por elementos detentores de certo tipo de poder. Para Ivan de Andrade Vellasco, a elite pode ser caracterizada como indivíduos que participavam de um “[...] círculo mais estreito de poder econômico e político, e que possuíam recursos materiais e simbólicos que lhes garantiam posições de privilégio nas relações sociais” (VELLASCO, 2004. p. 79).

expressiva sobre a divergência entre as elites que almejavam o poder e a sua contribuição para a ocorrência dos conflitos. Segundo ele,

[...] as divergências intra-elite eram fontes de conflitos potenciais que se manifestavam em rebeliões e na constituição e ideologia dos partidos. A dinâmica política nacional do sistema passou por sucessivas coalizões efetuadas entre setores da elite e setores de classe. No entanto, pelo próprio fato de parte da elite estar vinculada ao Estado e pelo fato de que em sua maioria provinha de setores de classe dominante, os conflitos a que davam margem as divergências eram de natureza limitada. Os conflitos apontavam na direção de um confronto aberto interclasse passavam à margem da elite nacional e circunscreviam-se a lideranças regionais ou locais. (2003, p. 231).

A falta de unidade da elite brasileira proporcionou a formação de três facções – os chamados liberais moderados, os liberais exaltados e os conservadores – que estiveram à frente de diferentes conflitos que sacudiram o Brasil dos oitocentos. Para Ilmar Rohloff de Mattos, liberais e conservadores (*caramurus*), mesmo que fossem grupos diferentes, atuavam na política da mesma maneira, embora perseguissem objetivos distintos no que se refere à forma pela qual a consolidação e expansão do poder central, deveriam ser conduzidas. Segundo ele, os liberais,

De um lado, buscavam definir de modo mais preciso a importância dos poderes políticos previstos pela Carta de 1824 e a hierarquização que deveria presidi-los. Sustentavam como premissa da Liberdade a prevalência do ‘Corpo Legislativo’ ou ‘representação nacional’ (entenda-se, da Câmara temporária), pois somente assim estaria garantida a soberania nacional, permanentemente ameaçada – quer pela presença ainda avassaladora do elemento português, visto como absolutista e recolonizador, e que emprestava o colorido à ‘Restauração dos Saquaremas’. (2004, p. 153).

Ainda nas palavras de Ilmar Rohloff de Mattos, a oposição entre liberais e conservadores era acirrada, uma vez que, esses últimos

Opunham-se aos Liberais por discordarem que aos Representantes da Nação deveria caber a escolha da política a ser seguida ‘para fazer o bem do país’. Sustentavam que, se assim fosse, o Poder Executivo tornar-se-ia uma simples comissão do Poder Legislativo, e daí decorreria não só a confusão entre os poderes mas também a irresponsabilidade do Executivo; sustentavam também que, a prevalecer aquela opinião, o Poder Moderador estaria atingido e sua definição constitucional, pois não mais teria a necessária liberdade para demitir um ministro que estivesse executando uma política alheia. (2004, p. 157).

À medida que se consolidou enquanto um “laboratório de formulações e práticas políticas”, esse momento edificou diversos debates políticos, rebeliões, e também promoveu a ocorrência de sociedades políticas que poderiam ser secretas ou não. Tendo limites definidos, embora fossem mutáveis (MOREL, 2003, p. 33), as associações políticas que estavam sendo gestadas, eram formadas por objetivos e interesses divergentes.

Certamente, como essas associações apresentavam interesses distintos, havia, necessariamente, uma cisão que colocava cada um desses grupos em lados opostos. Desse modo, os conservadores localizavam-se à direita do cenário político, e, nesse sentido, apresentavam os interesses mais tradicionais, uma vez que pretendiam continuar com uma estrutura que já não se sustentava naquele momento.

Ao longo desse período, ocorreu “[...] a explosão da palavra pública em suas múltiplas [...] possibilidades” (MOREL, 2003, p. 10), e, se fez notória as movimentações no âmbito político, estando em evidência a formulação de associações políticas, que de um modo geral foram responsáveis pelas agitações vivenciadas pelos contemporâneos do período regencial. Em que pesem as rebeliões ocorridas durante a Regência<sup>2</sup>, devemos nos ater ao fato de que estas ocorreram também em função da dificuldade em se estabelecer uma “dominação nacional”, por

---

<sup>2</sup> As manifestações mais conhecidas desse período são: Cabanagem (1835 a 1840) - Província do Grão-Pará; Balaiada (1838 a 1841) - Província do Maranhão; Guerra dos Farrapos (1835 a 1845) - Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (atual RS); Revolta dos Malês (1835) - cidade de Salvador, Província da Bahia.

parte do governo central, que, nestes termos, possibilitou a formação de poderes locais que se reuniam em torno das facções que, em sua maioria, estariam à frente de algumas das rebeliões regenciais.

Diante disso, a fim de fazer resistência ao governo de D. Pedro I, um pouco antes de sua abdicação, criou-se na capital de uma das mais importantes províncias do Império, a província de São Paulo, a Sociedade Defensora da Constituição e das Leis, em 29 de março de 1831, que se colocava como uma associação que valorizava a constituição, a liberdade e o sentimento patriota que começava a ser cunhado.

Logo após a Abdicação, em 7 de abril de 1831, novas associações foram se constituindo em torno do desejo de defesa da Independência, e várias facções políticas passaram a se reunir em associações para garantir que a proteção do Império do Brasil fosse bem articulada. Com esse objetivo, foi fundada em 10 de maio de 1831, no Rio de Janeiro, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, uma associação que aglutinaria grande número de adeptos e com ramificações espalhadas por diversas províncias, chegando a alcançar a expressiva marca de mais de 90 instituições (MOREL, 2003, p. 36).

Diferenciando-se de sociedades secretas – como a Maçonaria –, as associações políticas que começaram a se estabelecer nesse período passaram a se utilizar dos periódicos como ferramenta importante para a difusão de suas críticas e posições políticas. Em sua maioria, essas associações políticas tinham seus próprios jornais, de modo a garantir que sua maneira de fazer e entender a nova fase política do Brasil fosse disseminada.

No Rio de Janeiro, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional produzia e sustentava jornais como *O Homem e a América*, que era o principal responsável pela divulgação de suas ideologias e contestações. Além deste, outros periódicos também eram lidos como um instrumento necessário para que as posições e contestações dessa associação fossem conhecidas. Entre eles estavam o *Aurora Fluminense*; o *Astréa*; *O Sete de Abril* e o *Censor Brasileiro*. Nesse momento, os periódicos ao apresentarem suas críticas, pretendiam desqualificar

o adversário, adotando uma postura polêmica que agitava o embate entre as facções e favorecia as “[...] disputas entre adversários e aliados, fundadas geralmente na dicotomia valorização/depreciação” (MOREL, 1999, p. 252).

Forjada em um período de transição marcado por grande agitação e excitação dos ânimos, que estavam exaltados nas mais vastas regiões do Império, a Sociedade Defensora se instituiu com o objetivo primordial de sustentar a liberdade e a independência da nação brasileira, assim como contribuir para a preservação da ordem e da tranquilidade pública. Procurando reunir membros que compartilhassem dos mesmos ideais políticos e sociais, essa sociedade acabou por fabricar um grupo doutrinal voltado para garantir os princípios ordenadores do Estado (BASILE, 2006).

De fato, a Sociedade Defensora, em seguida a sua criação, tinha um caráter suprapartidário. No entanto, a preponderância de membros associados aos moderados já era significativa, de modo que essa sociedade viria a se tornar a mais importante associação política do período regencial. Além dessa organização, existiram outras que representavam respectivamente os interesses de exaltados e dos conservadores (restauradores e /ou caramurus), sendo os primeiros responsáveis pelo desenvolvimento da Sociedade Federal<sup>3</sup> Fluminense<sup>4</sup> e os

---

<sup>3</sup> A Sociedade Federal que representava a união dos exaltados, também alcançou certo número de ramificações, e de acordo com Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca, ao se instalar na província de Pernambuco, apresentava um caráter público e que pretendia desenvolver “a discussão da necessidade da Federação e dos meios de conseguir quanto antes sem ilegalidades e perturbações”, no entanto, apesar dessa intenção, ela sofreria perseguição por parte da Câmara Municipal de Recife, sendo acusada de “perturbadora da ordem e criminosa” Cf: FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). *Saeculum* (UFPB), v. 14, p. 57-73, 2006.

<sup>4</sup> Sociedade Federal Fluminense: “Eram seus fins sustentar a liberdade da pátria, propalar ideias claras e exatas sobre o sistema federativo mostrando suas vantagens, empregar todos os meios legais para consegui-lo e consolidá-lo”. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual Reinado. *Revista trimensal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo. XLVIII, parte 2, 1885. p. 302.

últimos, representados pela Sociedade Conservadora<sup>5</sup> da Constituição Jurada do Império do Brasil e pela Sociedade Militar.

Estabelecendo-se como a maior e a mais importante associação política, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, era formada exclusivamente por homens, que, por estarem reunidos em torno dos moderados, eram defensores ferrenhos da ordem, da tranquilidade pública e das leis. De modo que eram totalmente contrários à “revolução”. Assim, pretendia traçar caminhos e metas que eram, acima de tudo, modeladas a partir do direito de realizar tudo como estava escrito na lei. De fato, ao reunir membros que compartilhavam dos mesmos ideais políticos e sociais, tinham como objetivo principal estabelecer doutrinas da ordem e legalidade, a fim de fugir da ocorrência de ilegalismos.

Estabelecendo-se enquanto uma associação de grande importância política, a Sociedade Defensora também contribuiu para que seus membros tivessem alto grau de visibilidade na sociedade, fazendo com que o número de seus membros aumentasse significativamente, e esse aumento era possível, uma vez que seu estatuto estabelecia um número de membros ilimitado. No entanto, para participar dessa associação,

[...] o candidato teria também que ser indicado por um integrante do Conselho, aceito pela Comissão de Exame e aprovado por dois terços dos votos dos membros presentes (artigo XX). E ainda teria que desembolsar 2\$000 réis para a entrada e \$500 réis para a mensalidade (artigo XV). (BASILE, 2006, 352).

Uma vez que o candidato passasse a integrar a associação, deveria ter participação ativa nas assembleias semanais, que tinham duração de duas horas, assim como pagar a mensalidade da Sociedade. Contudo, estava previsto que a participação nessa associação poderia ser revista, nos seguintes casos:

---

<sup>5</sup> “Era seu fim político o regresso de D. Pedro ao Brasil, e o restabelecimento nas posições oficiais dos homens que o serviram e sustentaram no decênio de 1821 a 1831” *Idem*. p. 304.

[...] 1º – o Sócio, que se declarar inimigo da Liberdade, e Independência Nacional; 2º – o que for perturbador do sossego público, chamando indivíduos para se reunirem criminosamente, ou formando parte desses ajuntamentos ilícitos, os concitar a alterar a ordem social; 3º – o que for convencido de caluniador na presença da Sociedade; 4º – o que tiver sido banido por sentença; 5º – o que infringir os Estatutos, principalmente perturbando gravemente a ordem da Sociedade (artigo XXII). A expulsão deveria ser requisitada e justificada por um dos membros do Conselho, corroborada pela Comissão de Exame e aprovada por dois terços dos membros presentes, cabendo apelação ao próximo Conselho eleito (artigos XXIII e XXIV). (BASILE, 2006, 352).

Em suma, a Sociedade Defensora, notabilizou-se por ser fiel representante dos ideais dos moderados, assim como protetora do governo regencial, das reformas constitucionais, e opositora das ações dos conservadores.

### **A Sociedade dos Zelosos da Independência em Mato Grosso: a união dos liberais.**

Alguns anos após o nascimento do Império do Brasil e da fundação da Sociedade Defensora, na cidade de Cuiabá, foi criada a Sociedade dos Zelosos da Independência de Mato Grosso <sup>6</sup>, idealizada por Antônio Luiz Patrício da Silva Manso <sup>7</sup>. Segundo Ernesto Cerveira de Sena, essa sociedade seguia o exemplo de outras “[...] que estavam sendo criadas pelo país, como a Sociedade dos Zelosos da Independência Nacional, fundada no Rio de Janeiro, e a maior de todas, Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional”(2009, p.37). Ainda nesse sentido, de acordo com Elizabeth Madureira Siqueira,

A Sociedade dos Zelosos da Independência, fundada em 1833, com sede em Cuiabá, mostrou seu atrelamento à Sociedade Defensora da Liberdade e da

---

<sup>6</sup> “Os principais membros dessa sociedade eram pessoas de projeção social, sendo em sua maioria proprietários, comerciantes, militares de carreira, e profissionais liberais”. In: (SIQUEIRA, 1992. p. 26).

<sup>7</sup> No momento da fundação da Sociedade, Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, era membro e Secretário do Conselho de Governo.

Independência Nacional. Seus quadros eram compostos tanto de elementos moderados, como de exaltados, e em seu Estatuto deixava claro o propósito de preservar a independência, conservar a ordem e tranquilidade pública e, sobretudo, zelar pela Constituição do Império brasileiro. [...] podemos afirmar que *em seu bojo abrigava as duas facções liberais*, e coube aos exaltados a condução política e militar da Rusga. A ala dos liberais moderados desejava afastar os portugueses e adotivos, seja dos cargos públicos, seja da condução política da Província. Para que isso ocorresse interferiram junto ao Conselho de Governo, do qual muitos deles faziam parte, e também junto à Câmara Municipal de Cuiabá, onde constituíam maioria absoluta. [...] A facção exaltada, além das reivindicações desejadas pelos moderados, objetivavam que a Província fosse dirigida por elementos da terra, não querendo aceitar Presidentes de província, nem Comandantes de Armas nomeados pela Regência, chegando em muitas ocasiões a repudiar a figura de Dom Pedro II e, conseqüentemente, o sistema monárquico (1992, p. 27-28). (grifo nosso)

Desse modo, caracterizando-se como uma associação política, a Sociedade dos Zelosos da Independência, englobava em seu seio um ideal político que unia seus membros em torno da busca pela tomada do poder político da província de Mato Grosso. Ao ser forjado em um período em que a sociabilidade e a união da nação começavam a ser instituídas, a intenção principal da Sociedade dos Zelosos era a defesa da Independência.

Diferenciando-se de outras associações espalhadas por diversas regiões do Império brasileiro, em Mato Grosso, os Zelosos da Independência eram representados por membros com ideais liberais, de modo que moderados e exaltados estavam unidos em torno de uma mesma sociedade, estabelecendo seus objetivos a partir de características de ambas as partes.

Coube ao paulista Antônio Luiz Patrício da Silva Manso – botânico – a iniciativa de criar uma associação política que se espelhasse em outras já estabelecidas. Assim, no dia 13 de novembro de 1833, na edição de número 489 do jornal “A Matutina Meiapontense”<sup>8</sup>, nas páginas

---

<sup>8</sup> Jornal que circulou na província de Goiás entre 5 de março de 1830 a 24 de maio de 1834, destinava uma parte da edição para notícias da província de Mato Grosso.

que se destinavam às notícias da província de Mato Grosso<sup>9</sup>, o estatuto da associação foi publicado. Nele, os ideais moderados e exaltados mesclavam-se sendo apresentados os objetivos principais da Sociedade dos Zelosos da Independência de Mato Grosso. A intenção dessa sociedade era exposta no artigo I do seu estatuto:

O fim desta sociedade é procurar ligar pelos mais estreitos laços os verdadeiros Brasileiros, habitantes da Província de Mato Grosso, por meio da instrução nos seus deveres; e de mútua coadjuvação para assegurar a Independência do Brasil, e fazer resistência legal à tirania onde quer que esta se achar”(Estatuto da Sociedade dos Zelosos da Independência. *In*: SIQUEIRA, 1992, Vol. II p. 339).

Observa-se, portanto, que o objetivo primordial dessa entidade – a conservação da independência nacional – era declarado de forma explícita, de modo que as reuniões de seus membros tinham como elo principal a sustentação da independência política do Brasil. Dessa forma, a busca pela “instrução” e a “resistência à tirania”, representavam os ideais, moderados e exaltados, respectivamente.

A trajetória dos Zelosos não deixaria dúvidas quanto ao caráter predominante da facção exaltada dentro da entidade, ao enfatizar, em diversos momentos, que chegara o momento de se erigir um “Brasil para os brasileiros”. Constituindo-se como um alicerce importante para o prestígio político, os Zelosos da Independência, conseguiram no mesmo ano de sua formação, em 1833, alcançar a maioria na eleição para a Câmara de Cuiabá, do mesmo modo que conseguiram a eleição de seu idealizador, Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, para ocupar o posto de representante da província de Mato Grosso, como deputado na Câmara Geral no Rio de Janeiro, entre 1834 e 1837 (SENA, p. 38-39).

Combatendo todos os que se opunham ao ideal da entidade, os associados da sociedade dos Zelosos da Independência de Mato Grosso organizavam-se e alcançavam posições

---

<sup>9</sup> A tipografia chegaria à Província de Mato Grosso, apenas em 1839, em função dos esforços do então presidente da província, Antônio Pimenta Bueno.

significativas na política da província, no entanto, ainda se viam excluídos do principal grupo político de Mato Grosso. Reunindo membros que faziam parte dos grupos alto e médio da sociedade mato-grossense, essa entidade era composta, entre outros, pelo Juiz de Fora, depois juiz de Direito Pascoal Domingues de Miranda; o Comerciante e Fazendeiro de gado José Alves Ribeiro; o Vereador Bento Franco de Camargo; o Professor de Lógica, Vereador e membro do Conselho do Governo Brás Pereira Mendes; o Capitão, e promotor público José Jacinto de Carvalho, assim como pelo Tenente-Coronel da Guarda Nacional Caetano da Silva Albuquerque, e pelo Professor de primeiras letras e ajudante da Guarda Nacional Eusébio Luís de Brito. Num primeiro momento, os membros dos Zelosos da Independência, foram liderados pelo presidente e idealizador da entidade, Antônio Luiz Patrício da Silva Manso e pelo Coronel João Poupino Caldas.

Reunindo personagens tão “distintos”, a Sociedade dos Zelosos da Independência era dirigida em função de seu estatuto, que estabelecia um número determinado de sócios, sendo que, para a admissão de novos sócios, era necessária a aprovação por meio de votação, com maioria absoluta, daqueles que fossem indicados por algum sócio já estabelecido na associação (artigo II); uma vez aceito, o sócio deveria contribuir com uma quota voluntária e exercer determinadas funções nas comissões indicadas pela sociedade (artigo III). A associação seria dirigida por uma comissão formada por um presidente, um secretário, um suplente, um tesoureiro e um coletor, encarregados pelo andamento dos trabalhos e seguimento das deliberações que envolvessem as questões tratadas em sessão (artigo IV), os Zelosos se reuniam em sessões gerais a cada três meses, havendo a possibilidade da ocorrência de reuniões extraordinárias (artigo V) (Estatuto da Sociedade dos Zelosos da Independência. *In*: SIQUEIRA, 1992, Vol. II p. 339).

Por se tratar de uma associação que reunia liberais de feição moderada e exaltada, via-se a formação de dois grupos distintos, sendo que, a ala dos moderados atuava como um conjunto de pessoas que exercia certa pressão junto ao poder constituído da província de Mato Grosso, de modo que tivesse interferência nas decisões, seja através do voto ou da angariação das forças

armadas. Já a ala exaltada expressava o caráter mais radical da associação, pretendendo a expulsão dos representantes conservadores — que há muito tempo conduziam a política e a economia da província —, como punição, tendo em vista o desejo de que os representantes naturais da província estivessem na direção da política de Mato Grosso.

### **O 30 de maio de 1834: a “Rusga” cuiabana.**

Na província de Mato Grosso, a noite de 30 de maio do ano de 1834, foi marcada por uma rebelião que se desenvolveu especialmente em Cuiabá e adjacências. Idealizada pela Sociedade dos Zelosos da Independência, essa insurreição teve caráter nativista que se embasou na premissa de que havia chegado a hora de se construir um Brasil para os brasileiros. A priori, a intenção dessa sociedade era “livrar” a província de Mato Grosso da ação de uma elite representada por portugueses e brasileiros (conservadores) que vinham ocupando cargos importantes no cenário político mato-grossense<sup>10</sup>. Realmente, o conflito caracterizou-se por ser uma luta de poder entre uma elite tradicional preocupada com a manutenção de seu status quo e uma nova elite que se firmava na província.

Assim, desenvolveu-se, conjuntamente com o desejo de expulsar de Mato Grosso uma elite que estava no comando desde os tempos coloniais, a intenção de reorganizar o cenário político, dando espaço para a ascensão dos “cores inferiores” em detrimento dos “couves

---

<sup>10</sup> A insurreição nativista também conhecida por “Rusga” e “Rebelião Cuiabana”, resultou de um antagonismo entre dois pólos políticos representados por duas sociedades: A Sociedade dos Zelosos da Independência e a Sociedade Filantrópica. A Sociedade dos Zelosos da Independência tinha por objetivo principal resguardar a separação de Portugal e afastar o fantasma da restauração. Combatia os antigos políticos de Cuiabá e preconizava a retirada de portugueses da Província na primeira metade da década de 30 do século XIX. Essa posição política aliada ao descontentamento popular, agravada pela carestia, acabou desembocando na violência da noite de 30 de maio, nas quais dezenas de portugueses e alguns brasileiros foram mortos. Já a Sociedade Filantrópica, composta pelos tradicionais detentores do poder, os conservadores, congregava tanto os nascidos em Portugal, quanto os nascidos no Brasil, também chamados de caramurus, compunham a elite que detinha o poder na Província no momento do 30 de maio e pretendia continuar no poder da Província mato-grossense, que naquele momento tinha Antônio Corrêa da Costa como presidente.

brancas”<sup>11</sup>. Desta maneira, além de representar um embate entre uma elite emergente e outra já estabelecida, o 30 de maio também teria representado a luta entre raças. Anunciando a intenção de estabelecer a ruptura dos laços coloniais, essa rebelião proporcionaria, posteriormente, a reformulação do cenário político-administrativo mato-grossense.

O projeto que fomentou a organização da rebelião que teve a participação de populares e soldados da guarda nacional, estava acrescido de uma expectativa de conquista de uma nova estrutura política, e a luta armada seria a estratégia necessária para que tal objetivo fosse conquistado, principalmente se levasse à eliminação completa daqueles que traziam “infortúnios” à vida da população. Certamente a rebelião apontava para uma “revolução desejada”<sup>12</sup>. Desse modo, essa sublevação seria apenas a ponta do *iceberg*, um demonstrativo do que se almejava, ou seja, a inversão da ordem das coisas, e, principalmente a mudança nos quadros das lideranças políticas.

De fato, apesar da insatisfação de soldados pelo atraso de seus soldos e da população mais pobre em relação aos altos preços dos gêneros de subsistência, a rebelião representava para seus idealizadores uma tentativa de impor novas regras ao cenário político-administrativo de Mato Grosso. Todavia, os líderes dessa sublevação sabiam da necessidade do apoio das camadas mais baixas da população que acabariam sendo utilizadas enquanto massa de manobra para que seus objetivos fossem alcançados.

---

<sup>11</sup> No auto sumário-crime percebemos que a conotação de cor foi um elemento importante para a ocorrência da sublevação de 30 de maio. Esse acontecimento que agitou a Província mato-grossense também foi marcado pela designação do estrangeiro, nesse caso, do português, como figura perversa e desumana que provocava a miséria da população mais simples, o que acarretou a participação de uma pequena parcela da população simples, nos arrombamentos das casas, morte e perseguição de portugueses.

<sup>12</sup> Esse termo é utilizado por Istvan Jancsó em seu artigo intitulado “A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (Org). *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 387-437. Apesar de destacar as sedições ocorridas em um momento de crise do Antigo Regime, o conceito de sedição definido por Jancsó, vai de encontro com nossos objetivos, à medida que compreendemos a sedição de 30 de maio inserida em um momento de crise no período regencial.

A rebelião Cuiabana efetivou-se quando os líderes nativistas conseguiram o apoio das camadas menos privilegiadas da Província, dos pobres, de soldados e de vagabundos, manipulados como uma força avassaladora para atingirem seus objetivos, isto é, a tomada de poder em Mato Grosso. Nesse contexto, a relação entre a miséria e a violência do cotidiano, o ódio contra os portugueses controladores de preços e do abastecimento interno, e a possibilidade do povo usufruir de benefícios materiais, ao menos imediato [...], foram fatores impulsionadores de sua participação na luta contra o grupo dominante da Província (CORRÊA, 2000, p. 74).

Resultando de um descontentamento, insuflado por líderes locais que aspiravam ocupar os cargos que pertenciam a seus opositores <sup>13</sup>, podemos afirmar que a violência se desenvolveu em função do ressentimento das camadas menos abastadas da população de Cuiabá, que, por inspiração dos representantes dos Zelosos da Independência começaram a ver na ação da elite mercantil e política da época a razão pela qual estavam vivendo em acentuada miséria, que

[...] contrastava com a pujança e a concentração de renda do grupo mercantil, cujos privilégios advinham da manutenção do controle das atividades comerciais regionais. Esses comerciantes atuaram, com frequência, em Mato Grosso como atravessadores e monopolistas. Dispondo de capital para investir, adquiriam toda mercadoria garantindo, antes mesmo de ultrapassar os limites das cidades, ou nos portos fluviais, para revendê-la à população urbana a altos preços e com larga margem de lucros (CORRÊA, 2000, p. 64-65).

Dessa maneira o ressentimento por conta das extorsões propiciou a adesão de populares à rebelião de 1834, percebida por eles enquanto a solução imediata aos infortúnios vividos. Capitaneados pelos líderes dos Zelosos da Independência, a participação popular impôs à rebelião

---

<sup>13</sup> “No dia 4 de maio de 1834 [João Poupino Caldas] reuniu mais de 200 pessoas na praça principal para protestar contra os cargos ocupados por adotivos” In: (SENA, 2009, p. 39).

um caráter de revolta. A camada miúda de livres pobres e soldados da guarda nacional penetraram nas casas que haviam sido marcadas para serem arrombadas<sup>14</sup>.

A manifestação que reuniu parte da população pobre e soldados teve, certamente, caráter de insatisfação. Contudo, no âmbito de seus idealizadores, reinou o desgosto em relação à organização do Estado, um descontentamento em relação à forma pela qual o governo provincial era conduzido<sup>15</sup>. Desse modo, não aceitariam – após o estabelecimento do governo subversivo no quartel dos guardas municipais – as nomeações e convocações feitas pela Regência.

Em observância à Portaria supra, tenho de afirmar a Vossa Excelência, que o Conselheiro do Governo José Alves Ribeiro, e Brás Pereira Mendes, e Caetano da Silva e Albuquerque foram os que, divergindo do objeto de sua convocação,

---

<sup>14</sup> Por volta de oitenta homens, entre eles soldados da guarda nacional e cidadãos comuns, sob o comando do Tenente da Guarda Nacional, Sebastião Rodrigues da Costa, e de seu ajudante Eusébio Luís de Brito, encontravam-se reunidos no então Campo d’Ourique, praça principal da cidade. Desse ponto rumaram em direção ao Quartel da Guarda Municipal, com o objetivo de se apoderarem do prédio e de lá despacharem as ordens às escoltas, além disso visavam à retirada do armamento que naquele local achava-se guardado. Pois, além de ser uma base segura de operações, o quartel dos guardas municipais, interessava, principalmente, por ser também o depósito oficial de armas e munição da cidade. Após o recolhimento das armas, estando guarnecidos, dividiram-se em escoltas que se espalharam pela cidade, sendo que três peças de artilharia pesada foram encestadas em frente ao quartel, para assegurar o comando dos sediciosos. Quanto ao armamento mais leve, este foi distribuído entre as escoltas, que após armadas, várias delas foram se estabelecendo em diferentes pontos da cidade e, passaram a ocupar pontos-chave para o ataque, estabelecidos envolta do perímetro que envolvia as ruas de Baixo, do Meio e de Cima – região em que morava a maioria das vítimas a serem atacadas. De certo modo, em um quarto de hora tudo estava organizado, com escoltas postadas na frente e na retaguarda, próximas às casas visadas. Bastava apenas esperar o sinal combinado de invadir. As escoltas começaram as buscas após o rebate de corneta que demarcava o início dos ataques, avançando em direção aos caminhos que os levariam às residências visadas. À medida que as escoltas prosseguiram em suas investidas, o terror por ser acordado pelo som de alavancas destruindo os ferrolhos das janelas e estilhaçando as portas, fez com que algumas vítimas saíssem em fuga. Em suma, a hostilidade assolou a cidade de Cuiabá. Essa violência não se limitou a ataques a prédios comerciais, residências e assassinatos, mas também à mutilação dos corpos de suas vítimas, e muitos tiveram suas orelhas decepadas e exibidas como troféus. Ver: Carta de Euzébio Luiz de Brito ao tenente José Manoel Alves Ferreira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá, tomos XXXI e XXXII, 1934, p. 149-152. Essa carta também está presente no Auto Sumário-Crime da Rusga, transcrito por Elizabeth Madureira. In: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *op.cit.* p. 198.

<sup>15</sup> Há referências no Auto Sumário-Crime, de que os diretores da rebelião eram “os principais membros do clube republicano, que existiu nessa cidade [Cuiabá]” Carta do presidente da província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro ao promotor público de Cuiabá Joaquim Fernandes Coelho. In: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *op. cit.* p. 185.

e reunião, disseram que não convinha por forma alguma aceitar-se para esta Província, Presidentes, nem Comandantes das Armas Despachados pela Regência em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo; por isso que também reprovavam, que fosse Vossa Excelência recebido, e empossado da Presidência da Província, cujo lugar devia ser ocupado pelos naturais da mesma (Carta do Secretário Interino do Governo, o Capitão Manuel do Espírito Santo ao presidente da província de Mato Grosso Antônio Pedro de Alencastro, com o objetivo de esclarecer quais foram os conselheiros do governo que se opuseram a sua posse como presidente despachado pela Regência. Auto Sumário-Crime. In: SIQUEIRA, 1992, p. 186).

Dessa maneira, podemos perceber que havia um profundo desagrado em relação ao governo da Regência, à medida que os subversivos não aceitavam as nomeações feitas por ela para cargos importantes como o de presidente da província e comandante das armas. O que nos leva a perceber que havia uma crítica em relação à forma pela qual o poder era exercido, de modo a considerar que apenas os naturais da província seriam competentes para corrigir um sistema de governo, que, aos olhos dos líderes da sublevação, se exercia de maneira precária em Mato Grosso.

Seria, de certo modo, uma subversão da ordem para se estabelecer uma “nova ordem” que correspondesse aos padrões nativistas, construindo um governo do “Brasil para os brasileiros”. A rebelião foi compreendida enquanto uma possibilidade de se promover mudanças, no entanto, se estabeleceu apenas como uma pronúnciação, não sendo efetivadas as transformações que foram visadas desde o momento em que foi idealizada, o momento em que os *caibras* reinariam em Mato Grosso.

Em suma, a rebelião de 30 de maio foi idealizada por uma elite emergente que visava o comando de Mato Grosso, e executada por soldados e uma pequena parcela da população insuflada pelos líderes da sublevação. Assim, a elite nativa que deseja alcançar o poder plenamente, esteve no comando da província por três meses, sendo logo em seguida, destituída de seu posto.

## Referências

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual Reinado. **Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Tomo. XLVIII, parte 2, 1885.

BASILE, Marcello. Revoltas Regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832. **Anos 90**. Porto Alegre, nº 19/20, v. 11. p. 259-298. jan/dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Revista de História (UFES)* **Dimensões**, v. 18, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORREIA, Valmir Batista. **História e Violência em Mato Grosso: 1817-1840**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). **Saeculum** (UFPB), v. 14, p. 57-73, 2006.

JANCSÓ, Istvan. A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: Mello e Souza, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do estado imperial**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

\_\_\_\_\_. Animais, Monstros e Disformidades: a “zoologia Política” no Processo de Construção do Império do Brasil. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro (FGV) n. 24. vol. 13. 1999.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre Anarquizadores e Pessoas de Costumes – a dinâmica política e o Ideário Civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A Rusga em Mato Grosso**: edição crítica de documentos históricos. São Paulo, (Dissertação de mestrado) – FFLSH- USP, 1992.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As Seduções da Ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19. São Paulo: EDUSC, 2004.

---

### Sobre a Autora

#### *Patrícia Figueiredo Aguiar*

Licenciada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Mestre ( 2012) e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pesquisadora na área de História, com ênfase em História de Mato Grosso no período imperial, cadeia e ilegalismos.

---

Artigo Recebido em Agosto de 2016.  
Artigo aceito para publicação em Novembro de 2016.